



Prefeitura Municipal de Belterra
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
CNPJ nº 01.614.112/0001-03

PARECER JURIDICO

EMENTA: Direito Administrativo. Contrato, Rescisão amigável. Possibilidade. Embasamento legal. **Contrato 021/2021**

I – RELATÓRIO

Vieram os autos a esta Consultoria Jurídica, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993, para fins de análise jurídica da legalidade do texto da minuta da rescisão do contrato firmado entre a Secretaria Municipal de Educação Básica e a empresa RAYANE FEIJÃO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA – ME, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de consultoria e assessoria jurídica na área de licitações, contratos e prestação de contas e demais demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – SEMED.

O pedido de rescisão tem como justificativa a necessidade de readequação e ampliação do objeto inicialmente contratado, considerando o aumento da complexidade e do volume das demandas jurídicas enfrentadas pela Secretaria. Diante da impossibilidade de promover tais alterações por meio de aditivos contratuais, sem desvirtuar o objeto original, entendeu-se como mais adequada a celebração de um novo contrato com escopo ampliado.

Constam dos autos os documentos exigidos na legislação vigente.

É o breve relatório.

II - ANÁLISE JURÍDICA



Prefeitura Municipal de Belterra

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

CNPJ nº 01.614.112/0001-03

Preliminarmente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da legislação vigente incumbe a esta assessoria prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Secretaria, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

No que diz respeito à rescisão de contratos, a Lei nº 8.666/93, admite tal possibilidade, especialmente a contida no presente caso que é a forma amigável:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

[]

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

Consoante se verifica da Cláusula 8.1, há a previsão para a rescisão amigável.

A Contratada manifesta o interesse em rescindir e a Municipalidade concorda.

O serviço, por ser essencial e contínuo, não sofrerá interrupção, já que há processo para contratação do serviço.

III- CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Assessoria Jurídica opina pelo prosseguimento do processo, concluindo com a rescisão do contrato.



Prefeitura Municipal de Belterra
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
CNPJ nº 01.614.112/0001-03

É o parecer.

Belterra, 28 de abril de 2025.

José Maria Ferreira Lima

Assessor Jurídico

OAB/PA 5346



Prefeitura Municipal de Belterra
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
CNPJ nº 01.614.112/0001-03